



SIMULADO ESPECIAL

SEPLAG RJ

Especialista Em Políticas Públicas
e Gestão Governamental
Políticas Públicas - Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SEPLAG-RJ**, cargo de **EGGPP - Políticas Públicas**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/9HWEzbbkaja3HNzs9>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE

RANKING

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

<http://estrategi.ac/md8v94>

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4yqG9yb>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra*

1. Assinale a alternativa em que a locução adverbial destacada pode ser substituída pelo advérbio indicado, preservando-se o sentido da frase.

- a) A comissão informou **com antecedência** as mudanças no calendário das avaliações. / antigamente.
- b) O pesquisador conseguiu demonstrar **sem dificuldade** a validade de sua hipótese. / rapidamente.
- c) A direção divulgou **antes do momento adequado** os resultados de uma investigação ainda em andamento. / prematuramente.
- d) O novo coordenador era **por natureza** avesso a decisões que envolvessem riscos. / habitualmente.
- e) As medidas adotadas contribuíram **de fato** para a redução dos problemas identificados. / aparentemente.

2. Assinale a alternativa em que o emprego da preposição sob ou sobre está inadequado ao sentido da frase.

- a) Sob a aparência de um funcionário prestativo, o gerente escondia atitudes autoritárias.
- b) Durante a reunião, os pesquisadores apresentaram novas informações sobre os efeitos da poluição.
- c) Para facilitar a consulta, a professora deixou os livros sob a mesa, ao lado do computador que estava apoiado no tampo.
- d) Mesmo sob intensa pressão, a testemunha manteve a versão apresentada inicialmente.
- e) O relatório sobre as condições do prédio foi encaminhado aos responsáveis pela manutenção.

3. Assinale a frase em que a substituição da locução destacada pelo adjetivo indicado preserva o sentido e a correção gramatical.

- a) A generosidade é uma riqueza **do coração**, capaz de transformar a vida de outras pessoas. / cardíaca.
- b) O funcionário levou uma garrafa **de leite** para preparar o café dos colegas. / láctea.
- c) A possibilidade de discordar constitui uma demonstração **de liberdade**. / livre.
- d) Os pesquisadores investigaram as causas **da felicidade** em diferentes grupos sociais. / felizes.
- e) A capacidade de criar símbolos é uma característica **do ser humano**. / humana.

4. Assinale a frase em que a grafia da expressão destacada está correta.

- a) A razão **porque** tantos candidatos abandonam os estudos merece uma análise cuidadosa.
- b) Os professores querem compreender **por que** alguns alunos têm dificuldade para interpretar textos.
- c) A leitura amplia nossa visão de mundo **por que** permite conhecer diferentes experiências.
- d) Se todos receberam as mesmas orientações, apenas alguns concluíram a tarefa **porquê?**
- e) Sei que o cronograma foi alterado, mas ainda não descobri **por que**.

5. Em uma das frases abaixo, o enunciador manifesta uma avaliação pessoal sobre o fato apresentado. Assinale essa alternativa.

- a) A biblioteca municipal recebeu duzentos exemplares de livros na última semana.
- b) Os candidatos deverão apresentar um documento de identificação antes do início da prova.
- c) A empresa anunciou a abertura de uma nova unidade no centro da cidade.
- d) Felizmente, a prefeitura desistiu de demolir o antigo teatro do bairro.

- e) O atendimento ao público será realizado das oito às dezesseis horas.
6. Assinale a alternativa em que a substituição da expressão popular destacada por uma expressão de registro formal altera o sentido da frase.
- a) Ao perceber a confusão, o motorista **deu no pé**. / Ao perceber a confusão, o motorista retirou-se rapidamente.
- b) Depois de conferir os documentos, a fiscal percebeu que havia **algo debaixo do tapete**. / Depois de conferir os documentos, a fiscal percebeu que havia algo sendo ocultado.
- c) Durante a negociação, o representante **bateu o pé** e manteve sua exigência. / Durante a negociação, o representante mostrou-se irredutível e manteve sua exigência.
- d) Ao saber da mudança, a coordenadora **jogou a toalha**. / Ao saber da mudança, a coordenadora manifestou sua indignação.
- e) Diante das acusações, o diretor preferiu **abrir o jogo**. / Diante das acusações, o diretor preferiu revelar a verdade.
7. Na descrição de um objeto, o adjetivo pode indicar procedência, avaliação subjetiva ou uma característica física. Assinale a alternativa em que o adjetivo apresenta uma caracterização física objetiva, verificável pela observação.
- a) porcelana chinesa;
- b) apresentação magnífica;
- c) superfície áspera;
- d) atitude admirável;
- e) proposta interessante.
8. Assinale a alternativa em que o adjetivo destacado é de relação.
- a) A equipe apresentou uma solução **engenhosa** para o problema.
- b) O pesquisador examinou o tecido **muscular** durante o experimento.
- c) Os candidatos receberam instruções **claras** antes da prova.
- d) A testemunha demonstrou uma postura **corajosa** diante das ameaças.
- e) O projeto trouxe resultados **surpreendentes** para a comunidade.
9. Um leitor encontrou em uma reportagem a seguinte informação: "Uma universidade adquiriu microscópios de última geração para seus laboratórios."
- A partir dessa informação, ele formulou algumas hipóteses. Assinale a alternativa que apresenta uma conclusão **incompatível com o que foi informado**.
- a) A instituição pode ter adquirido os equipamentos para ampliar suas atividades de pesquisa.
- b) A compra pode ter sido motivada pela necessidade de observar estruturas muito pequenas.
- c) Os novos equipamentos podem oferecer recursos que os aparelhos anteriores não possuíam.
- d) Os microscópios que ela já possuía antes de comprar estavam velhos.
- e) A aquisição pode beneficiar estudantes envolvidos em atividades experimentais.
10. Assinale a alternativa em que as palavras destacadas apresentam **sentidos opostos**.
- a) A **prudência** recomenda cautela diante daquilo que o **medo** transforma em ameaça.
- b) O **conhecimento** amplia nossa compreensão, enquanto a **experiência** testa nossas certezas.
- c) Um gesto **generoso** pode transformar o dia de quem enfrenta um momento **difícil**.
- d) O espírito **confiante** enxerga possibilidades onde o olhar **pessimista** antecipa fracassos.
- e) A **coragem** permite enfrentar os obstáculos que a **persistência** ajuda a superar.

11. A conjunção “ou” pode expressar uma escolha entre possibilidades ou ligar elementos considerados conjuntamente. Assinale a frase em que ela apresenta **valor de alternativa, com exclusão de uma das possibilidades**.

- a) O calor ou o frio intensos podem prejudicar as plantações.
- b) A pintura ou a escultura são formas de expressão artística.
- c) A comissão concluiu que não há recursos suficientes: ela aprovará o hospital ou a escola.
- d) A falta de recursos ou a ausência de planejamento comprometem a execução de obras.
- e) O ônibus ou o metrô são meios de transporte coletivo.

12. Assinale a alternativa em que o emprego do acento grave indicativo de crase está **incorreto**.

- a) A comissão atribuiu à falta de planejamento os atrasos na execução do projeto.
- b) As novas regras aplicam-se às instituições públicas e às que recebem recursos do governo.
- c) O documento faz referência à principal hipótese da pesquisa e à cuja comprovação os especialistas se dedicaram.
- d) A proposta apresentada pela diretora era semelhante à que os conselheiros haviam rejeitado.
- e) Os pesquisadores recorreram à mesma fonte de dados utilizada no levantamento anterior.

LÍNGUA INGLESA

Adolfo Sá

Stop shaming people for using AI. Start organizing to prevent our obsolescence

I don't need to tell you that people hate AI. The list of grievances is long: slop, cheating, bias, enfeeblement, electricity bills, environmental destruction, exploitation, theft, cybercrime, doom. But resistance to the technology has often taken the form of shaming people for personally using it, with precious little organizing against the companies building the machines. This is perplexing, given that those companies are attempting to render us obsolete.

The executives may contest this framing, offering some bromides about how AI will augment human work or how we'll simply find new jobs to do. But their clear goals are to create systems that so clearly surpass our abilities that we will have little hope of competing.

OpenAI [defines](#) its north star of artificial general intelligence (AGI) as “a highly autonomous system that outperforms humans at most economically valuable work”. And the Anthropic CEO, Dario Amodei, [writes](#): “AI isn't a substitute for specific human jobs but rather a general labor substitute for humans.”

The industry's ultimate ambition, what it calls AGI, is better understood as a universal labor-replacing machine. These systems would be able to do any work a human could do from a remote desk – leaving livelihoods safe to the extent a human touch is preferred, a physical presence is required, or the jobs themselves are legally protected.

You may doubt that the industry will ever succeed in its perverse quest, but we should agree that it shouldn't even be allowed to try.

We should [freeze](#) frontier AI development – that is, the effort to build AGI, and [only resume](#) the work when there is strong public buy-in and broad scientific consensus that it will be done safely and controllably.

But realizing this commonsense ideal will require us to get organized enough to overcome the richest industry in history. And that means changing the way we think about AI.

<https://www.theguardian.com/commentisfree/2026/sep/29/ai-replace-humans>

13. The author's main proposal in the text is to:

- a) shame people who personally use AI tools.
- b) ban all current uses of AI in the workplace.
- c) Halt the development of frontier AI until robust safety standards achieve widespread scientific consensus and public support.
- d) support the industry's goal of achieving AGI as soon as possible.
- e) encourage people to find new jobs that AI cannot do.

14. According to the text, OpenAI defines its "north star" of artificial general intelligence as:

- a) a system that assists humans in their daily tasks.
- b) A system with high autonomy that beats human capabilities across most economic sectors.
- c) a technology that will create new jobs for everyone.
- d) a machine restricted to physical labor.
- e) a tool designed to reduce electricity consumption.

15. According to the first paragraph, the author associates the spread of artificial intelligence with a series of problems. Choose the option which is NOT one of them:

- a) the rise in household energy costs.
- b) the weakening of people's mental abilities.
- c) dishonest practices in academic work.
- d) the stealing of original content.
- e) the creation of well-paid jobs.

16. In the sentence "You may doubt that the industry will ever succeed ", "may" expresses:

- a) Suggestion
- b) Permission
- c) Obligation
- d) Possibility

e) Deduction

17. In "offering some bromides about how AI will augment human work" (2nd paragraph), the word bromides is closest in meaning to:

- a) threats.
- b) platitudes.
- c) proofs.
- d) promises of money.
- e) prohibitions.

18. In "But realizing this commonsense ideal will require us to get organized enough to overcome the richest industry in history" (last paragraph), the underlined verb is closest in meaning to:

- a) join.
- b) defeat.
- c) finance.
- d) imitate.
- e) consult.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO*Carlos Henrique*

19. Em determinado setor de uma secretaria, 39 servidores foram consultados sobre a utilização de três sistemas eletrônicos, denominados A, B e C. Verificou-se que:

- 22 utilizam o sistema A;
- 18 utilizam o sistema B;
- 15 utilizam o sistema C;
- 8 utilizam simultaneamente A e B;
- 6 utilizam simultaneamente A e C;
- 5 utilizam simultaneamente B e C;
- 3 utilizam os três sistemas.

Sabendo que todos os 39 servidores utilizam pelo menos um dos três sistemas, o número de servidores que utilizam exatamente um dos sistemas é

- a) 26.
- b) 24.
- c) 25.
- d) 21.
- e) 28.

20. Um órgão público pretende distribuir um orçamento de R\$ 124.000,00 entre três projetos, P, Q e R. O valor destinado a Q será 20% maior que o destinado a P, enquanto o valor destinado a R será 25% menor que o destinado a Q.

O valor destinado ao projeto R será

- a) R\$ 32.000,00.
- b) R\$ 36.000,00.
- c) R\$ 34.000,00.
- d) R\$ 38.000,00.
- e) R\$ 40.000,00.

21. Considere a sequência numérica

3, 7, 15, 31, 63, ...

mantido o mesmo padrão de formação dos termos. O valor do oitavo termo dessa sequência é

- a) 255.
- b) 767.
- c) 511.
- d) 1.023.
- e) 1.279.

22. Um terreno retangular destinado à implantação de uma unidade administrativa possui área de 1.500 m². Sabe-se que seu comprimento é 20 m maior que sua largura.

Para cercar completamente o terreno, será necessário utilizar uma quantidade de tela, em metros, igual a

- a) 100.
- b) 110.
- c) 140.
- d) 120.
- e) 160.

23. Em uma pesquisa interna, foram registrados os tempos, em minutos, gastos por oito servidores para concluir determinada atividade:

12, 15, 15, 18, 20, 20, 22, 26.

Com base nesses dados, a média aritmética, a mediana e a amplitude dos tempos são, respectivamente,

- a) 18,0; 19; 14.
- b) 18,5; 18,5; 14.
- c) 19,0; 19; 16.
- d) 18,5; 19; 16.
- e) 18,5; 19; 14.

24. Uma comissão é formada por 5 servidores, sendo 3 homens e 2 mulheres. Dois servidores serão escolhidos aleatoriamente para participar de uma reunião externa, sem distinção de ordem.

A probabilidade de que a dupla escolhida seja formada por pelo menos uma mulher é

- a) $\frac{7}{10}$.
- b) $\frac{3}{10}$.
- c) $\frac{2}{5}$.
- d) $\frac{1}{2}$.
- e) $\frac{3}{5}$.

ATUALIDADES

Rodolfo Gracioli

25. O El Niño é um fenômeno climático acompanhado com atenção por cientistas devido aos impactos que pode provocar no planeta. Sobre esse fenômeno, assinale a alternativa **correta**:

- a) É provocado diretamente pelo aumento das emissões de gases de efeito estufa e ocorre apenas em períodos de intenso aquecimento global.
- b) Corresponde ao resfriamento anormal das águas superficiais do Oceano Atlântico, alterando principalmente o regime de chuvas na Europa.
- c) Trata-se de um fenômeno natural do sistema climático, caracterizado pelo aquecimento anormal das águas superficiais do Pacífico Equatorial, capaz de alterar padrões de chuva e temperatura no mundo.
- d) É um fenômeno exclusivamente brasileiro, associado ao aumento da temperatura das águas do Oceano Atlântico Sul.
- e) É causado pelo desmatamento das florestas tropicais, que modifica diretamente a temperatura das águas do Oceano Pacífico.

26. Segundo dados da Coleção 11 do MapBiomass, divulgados em agosto de 2026, a cobertura de vegetação nativa no Brasil apresentou alterações nas últimas décadas. Sobre as transformações no uso da terra no país, assinale a alternativa correta:

- a) A vegetação nativa aumentou sua participação no território brasileiro desde 1985, principalmente pela recuperação de áreas da Amazônia e do Cerrado.
- b) A expansão das áreas urbanizadas foi a principal responsável pela substituição da vegetação nativa no território brasileiro.
- c) Entre 1985 e 2025, a vegetação nativa passou de aproximadamente 79% para 65% do território brasileiro, enquanto a agropecuária ampliou sua participação de cerca de 18% para 32%.
- d) A perda de vegetação nativa ocorreu exclusivamente na Amazônia, enquanto os demais biomas apresentaram estabilidade no período.
- e) Os dados indicam que áreas agropecuárias são menos vulneráveis aos extremos associados ao El Niño do que regiões cobertas por vegetação nativa.

27. Em 2026, o processo de escolha do novo secretário-geral da Organização das Nações Unidas ganhou destaque diante das discussões sobre a crise do multilateralismo. Entre os nomes que participaram da disputa, quem chegou a receber o apoio do Brasil, mas posteriormente retirou sua candidatura?

- a) Rebeca Grynspan, ex-vice-presidente da Costa Rica.
- b) Carolyn Rodrigues-Birkett, diplomata da Guiana.
- c) María Fernanda Espinosa, ex-presidente da Assembleia Geral da ONU.
- d) Michelle Bachelet, ex-presidente do Chile.
- e) Alicia Bárcena, ex-secretária-executiva da Cepal.

28. Nas Eleições Gerais de 2026, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) terá papel central na organização e condução do processo eleitoral. Considerando a presidência da Corte e a identidade institucional criada para o pleito, assinale a alternativa **correta**:

- a) O TSE será presidido por André Mendonça, e a mascote oficial das eleições recebeu o nome de Confirma.
- b) O TSE será presidido por Cármen Lúcia, e a mascote oficial das eleições recebeu o nome de Votinho.
- c) O TSE será presidido por Gilmar Mendes, e a mascote oficial das eleições recebeu o nome de Urninha.
- d) O TSE será presidido por Alexandre de Moraes, e a mascote oficial das eleições recebeu o nome de Eleitora.
- e) O TSE será presidido por Kassio Nunes Marques, e a mascote oficial das eleições recebeu o nome de Pilili.

29. O crescimento do trabalho mediado por aplicativos tem ampliado o debate sobre a chamada uberização das relações de trabalho. Sobre esse fenômeno, assinale a alternativa **correta**:

- a) A uberização caracteriza-se pela ampliação do emprego público e pela estabilidade garantida aos trabalhadores vinculados às plataformas digitais.
- b) A uberização refere-se ao trabalho intermediado por plataformas digitais, marcado por flexibilidade, gestão algorítmica e maior transferência de riscos ao trabalhador.
- c) A uberização corresponde à substituição do trabalho informal por contratos formais, com jornada fixa e proteção trabalhista integral.
- d) A uberização ocorre apenas no transporte de passageiros e não alcança setores como entregas, serviços domésticos ou atividades profissionais.
- e) A uberização elimina a autonomia das empresas de tecnologia, que passam a seguir integralmente as regras tradicionais das relações de emprego.

30. “O Brasil repetiu em 2025 o desempenho que vem registrando desde 2015 no Pisa (sigla em inglês para Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), prova aplicada em 91 países e economias para avaliar alunos de 15 anos”. (Fonte: G1, setembro de 2026).

Sobre o tema, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Esta edição avaliou quatro áreas: ciências — o foco principal —, matemática, leitura e, pela primeira vez, resolução de problemas por meio de ferramentas computacionais.
- b) Com 377 pontos, o Brasil ficou em 71º entre os 89 países com dados na área de matemática — atrás de seis vizinhos latino-americanos e empatado com o Líbano.
- c) Ciências foi o foco da prova e onde o Brasil teve o melhor resultado relativo: 409 pontos, 67º lugar entre 90 países.
- d) Com 408 pontos, o Brasil ficou em 52º entre 89 países, empatado com México e Albânia. É a área em que o país está mais próximo do resto do mundo.
- e) Os Estados Unidos da América lideraram todas as áreas, com destaque para o desempenho em matemática que alcançou índices históricos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO CONSTITUCIONAL***Fábio Ramos*

31. O Brasil celebra acordo internacional com diversos países para promover a cooperação entre os povos e estabelecer mecanismos destinados à solução pacífica de conflitos. À luz da Constituição Federal, quais dispositivos constitucionais estão relacionados:

- a) Princípios das relações internacionais no contexto da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a solução pacífica dos conflitos.
- b) Refere-se aos fundamentos da República.
- c) Trata dos objetivos fundamentais.
- d) Não há dispositivos constitucionais relacionados no enunciado da questão.
- e) A cooperação entre os povos é um dos dispositivos, mas a solução pacífica dos conflitos não está dentro dos princípios que rege as Relações Internacionais.

32. Consoante a Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre:

- a) preservação das florestas, da fauna e da flora;
- b) defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional;
- c) assistência jurídica e Defensoria pública;
- d) programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;
- e) responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

33. De acordo com a Constituição Federal, assinale V para afirmativa verdadeira e F para falsa.

- 1 - () O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez

dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal

- 2 - () Para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de 17 (dezesete) Vereadores, nos Municípios de mais de 80.000 (oitenta mil) habitantes e de até 120.000 (cento e vinte mil) habitantes

- 3 - () Em Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) F, V, F
- b) F, F, V
- c) V, V, F
- d) V, V, V
- e) F, F, F

34. O Brasil possui um Poder Legislativo federal organizado de forma bicameral. Considerando a Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- a) O Poder Legislativo federal é exercido exclusivamente pelo Senado Federal, enquanto a Câmara dos Deputados exerce função consultiva.
- b) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal possuem composição idêntica, diferenciando-se apenas quanto à duração dos mandatos.
- c) O Congresso Nacional é formado pelo Senado Federal e pelas Assembleias Legislativas dos Estados.
- d) O Congresso Nacional é composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, sendo a Câmara composta por representantes do povo e o Senado por representantes dos Estados e do Distrito Federal.
- e) A Câmara dos Deputados representa os Estados e o Distrito Federal

35. De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente à Câmara dos Deputados:

- a) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa
- b) autorizar, por metade de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado
- c) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de noventa dias após a abertura da sessão legislativa
- d) sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa
- e) suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal

36. À luz da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- a) O Ministério Público deve atuar na representação judicial e na consultoria jurídica de entidades públicas.
- b) O membro do Ministério Público está obrigado a seguir qualquer determinação de seu superior hierárquico, em razão do princípio da hierarquia.
- c) O Ministério Público somente pode defender interesses individuais disponíveis.
- d) O Ministério Público pode exercer a advocacia.
- e) O Ministério Público pode promover inquérito civil e ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

37. De acordo com a Constituição Federal, assinale V para afirmativa verdadeira e F para falsa.

- () A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto.
- () O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios aos maiores de dezesseis e menores de dezoito anos
- () Uma das condições de elegibilidade é que, na forma da lei, para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, a idade mínima de trinta e cinco anos.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V, V, V
- b) V, F, V
- c) V, F, F
- d) F, F, F
- e) V, V, F

DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

38. Laura é proprietária de um estabelecimento comercial fiscalizado pelo Município Alfa. Durante inspeção realizada no local, Renato, agente público regularmente investido em suas funções, lavrou auto de infração no qual registrou que determinadas mercadorias estavam armazenadas em condições incompatíveis com as normas sanitárias aplicáveis. Com fundamento nas informações registradas pelo fiscal, a Administração impôs à Laura a correspondente medida administrativa.

Inconformada, a comerciante afirmou que os fatos descritos por Renato jamais ocorreram e que o ato deveria deixar imediatamente de produzir efeitos pelo simples fato de ter sido contestado. Sustentou, ainda, que caberia integralmente ao Município demonstrar, antes de exigir qualquer cumprimento, tanto a conformidade jurídica do ato quanto a veracidade de cada circunstância registrada pelo agente público.

Considerando a situação apresentada e os atributos da presunção de legitimidade e da presunção de veracidade, assinale a alternativa **correta**.

- a) A presunção de legitimidade possui natureza absoluta, de modo que, uma vez regularmente editado o ato administrativo, Laura não poderá demonstrar sua ilegalidade perante a própria Administração ou perante o Poder Judiciário, ainda que possua elementos suficientes para comprovar o vício.
- b) A presunção de legitimidade recai exclusivamente sobre os fatos narrados pela Administração, enquanto a presunção de veracidade significa que o ato foi editado em conformidade com todas as leis e princípios vigentes, razão pela qual ambas possuem conteúdos distintos daqueles normalmente atribuídos pela doutrina administrativa.
- c) O simples questionamento administrativo ou judicial formulado por Laura é suficiente para retirar imediatamente a eficácia do auto de

infração, pois a contestação do particular suspende automaticamente os efeitos decorrentes da presunção de legitimidade até que a Administração demonstre a validade do ato.

- d) O auto de infração é inicialmente considerado editado em conformidade com o direito em razão da presunção de legitimidade, enquanto os fatos registrados pelo agente público são presumidos verdadeiros em razão da presunção de veracidade; ambas as presunções são relativas, permitindo que Laura demonstre a ilegalidade do ato ou a incorreção dos fatos nele consignados.
- e) A presunção de legitimidade somente acompanha atos administrativos vinculados, uma vez que, nos atos discricionários ou punitivos, a margem de atuação atribuída ao agente público impede que se presuma previamente a conformidade da manifestação administrativa com o ordenamento jurídico

39. Cláudia é diretora de determinado departamento pertencente a uma autarquia federal. Ao revisar a atuação dos setores sob sua coordenação, verificou que Paulo, servidor subordinado, havia praticado ato administrativo que, embora não apresentasse ilegalidade, mostrava-se inconveniente para o funcionamento da unidade.

Em outro procedimento, dois órgãos internos declararam-se simultaneamente competentes para decidir a mesma matéria. Por fim, diante do elevado volume de trabalho, Cláudia cogitou delegar parte de determinada competência administrativa a titular de outro órgão da entidade que não lhe era hierarquicamente subordinado.

Um assessor sustentou que o poder hierárquico permitiria apenas a emissão de ordens diretas aos subordinados, não abrangendo fiscalização, revisão de atos, solução de conflitos de competência ou delegação de atribuições.

Considerando as características e prerrogativas decorrentes do poder hierárquico, assinale a alternativa **correta**.

- a) O assessor está correto, pois o poder hierárquico limita-se ao poder de ordenar e exigir obediência dos agentes subordinados, não abrangendo revisão de atos administrativos, delegação, avocação ou solução de conflitos internos.
- b) O poder hierárquico permite à autoridade superior ordenar, fiscalizar e rever a atuação dos subordinados, além de solucionar conflitos internos de competência; a delegação, quando juridicamente admitida, pode alcançar inclusive órgão ou titular que não seja hierarquicamente subordinado ao delegante.
- c) A delegação administrativa exige necessariamente relação de subordinação entre delegante e delegado, sendo juridicamente impossível atribuir o exercício de determinada competência a órgão situado no mesmo nível hierárquico.
- d) A avocação permite que a autoridade superior assuma definitivamente qualquer competência atribuída a órgão inferior, inclusive competências

exclusivas, sem necessidade de excepcionalidade ou de fundamentação específica.

- e) Como Cláudia exerce suas funções em uma autarquia, o poder hierárquico não pode ser utilizado, pois a hierarquia administrativa somente se manifesta no âmbito dos órgãos que integram diretamente União, Estados, Distrito Federal e Municípios

40. O Prefeito do Município Alfa, após receber diversas reclamações sobre o descarte de resíduos nas vias públicas, constatou que não existia lei municipal proibindo especificamente que motoristas lançassem pequenos objetos pela janela de seus veículos nem norma legal que previsse sanção pecuniária para essa conduta.

Diante da demora estimada para aprovação de projeto de lei pela Câmara Municipal, o Prefeito decidiu solucionar imediatamente o problema mediante decreto, estabelecendo a proibição e fixando multa de R\$ 500,00 para os infratores.

Poucos dias depois, Beatriz foi autuada exclusivamente com fundamento nesse decreto. Ao apresentar defesa administrativa, sustentou que, embora a finalidade ambiental da medida pudesse ser considerada relevante, a Administração não poderia criar originariamente obrigação e sanção aos particulares por simples ato administrativo.

Considerando o princípio da legalidade, sua incidência sobre os particulares e sobre a Administração Pública e os limites impostos à atuação administrativa, assinale a alternativa **correta**.

- a) A multa aplicada a Beatriz é válida, pois o Chefe do Poder Executivo pode criar diretamente obrigações e sanções por meio de decreto sempre que demonstrar que a providência possui finalidade de interesse coletivo e não contraria expressamente lei existente.
- b) O princípio da legalidade confere aos particulares e aos agentes públicos exatamente a mesma liberdade jurídica, de modo que ambos podem praticar qualquer conduta que não esteja expressamente proibida pelo ordenamento, cabendo à lei apenas estabelecer os limites posteriores da atuação.
- c) A penalidade é incompatível com o princípio da legalidade, pois, em relação aos particulares, prevalece a liberdade para praticar aquilo que não esteja juridicamente proibido, enquanto a Administração somente pode atuar quando existir

fundamento jurídico que autorize ou determine sua conduta, não podendo simples decreto criar originariamente obrigação e sanção sem suporte legal.

- d) A ausência de lei não impede a atuação do Prefeito, pois, no exercício da discricionariedade administrativa, a autoridade pública pode adotar qualquer medida considerada conveniente e oportuna à coletividade, ainda que inexista autorização jurídica prévia para a providência escolhida.
- e) O decreto municipal é suficiente para impor validamente a obrigação porque todo ato normativo de conteúdo geral e abstrato deve ser considerado equivalente à lei formal, independentemente do órgão responsável por sua edição e do procedimento adotado para sua formação

41. O Estado Alfa exercia diretamente, por intermédio de uma secretaria estadual, atividades de fiscalização ambiental e aplicação de medidas administrativas relacionadas à proteção do meio ambiente. Com o aumento da complexidade técnica dessas atribuições e a necessidade de especialização administrativa, o Governador encaminhou projeto de lei à Assembleia Legislativa para criar uma autarquia estadual destinada exclusivamente ao setor ambiental.

A lei específica foi aprovada e conferiu à nova entidade personalidade jurídica própria, patrimônio e capacidade de autoadministração, transferindo-lhe tanto a titularidade quanto a responsabilidade pela execução da atividade administrativa, sem estabelecer prazo determinado para o exercício dessas atribuições. Durante treinamento de novos servidores, surgiram dúvidas sobre a natureza jurídica dessa reorganização administrativa.

Considerando a organização da Administração Pública, assinale a alternativa **correta**.

- a) A hipótese caracteriza descentralização administrativa por serviços ou outorga, pois o ente político criou, mediante lei específica, uma entidade administrativa dotada de personalidade jurídica própria e lhe transferiu tanto a titularidade quanto a execução da atividade administrativa.
- b) A hipótese caracteriza descentralização territorial ou geográfica, pois a autarquia foi criada por um Estado-membro para exercer atividades de fiscalização ambiental dentro dos limites territoriais estaduais, sendo a delimitação geográfica de sua atuação suficiente para caracterizar essa modalidade de descentralização.
- c) A situação caracteriza simples desconcentração administrativa, pois a criação de estrutura especializada dentro do Estado não configura descentralização enquanto a entidade criada permanecer vinculada à Administração Pública estadual.
- d) A outorga somente poderia transferir a execução material do serviço, pois a titularidade da atividade

administrativa é sempre indelegável e deve permanecer necessariamente com o ente político responsável por sua instituição.

- e) A criação de autarquia não constitui forma de descentralização administrativa, pois somente empresas públicas e sociedades de economia mista podem receber atividades antes executadas diretamente pelos entes políticos

42. Mariana, diretora de gestão de pessoas de determinado órgão público federal, praticou dois atos administrativos distintos no exercício regular de suas atribuições. No primeiro caso, concedeu determinada vantagem funcional a um servidor, mas, posteriormente, a autoridade hierarquicamente superior constatou que a decisão contrariava disposição legal expressa aplicável à matéria.

No segundo caso, Mariana autorizou regularmente determinada medida administrativa, plenamente compatível com a legislação, mas, algum tempo depois, verificou-se que sua manutenção havia se tornado inconveniente e inoportuna diante de mudanças relevantes na organização do serviço público.

Ao analisar as duas situações, um assessor sustentou que a Administração não poderia desfazer diretamente nenhum dos atos, pois, depois de produzidos os respectivos efeitos, somente o Poder Judiciário teria competência para retirá-los do mundo jurídico.

Considerando o controle administrativo, o poder-dever de autotutela e a distinção entre controle de legalidade e controle de mérito, assinale a alternativa **correta**.

- a) A afirmação do assessor está correta, pois, depois de produzir efeitos jurídicos, o ato administrativo deixa de se submeter ao controle da própria Administração, cabendo exclusivamente ao Poder Judiciário reconhecer sua ilegalidade ou avaliar sua conveniência e oportunidade.
- b) A Administração somente poderá anular ou revogar os atos depois de provocação formal do interessado prejudicado, uma vez que o exercício do controle administrativo de ofício violaria o princípio da inércia aplicável à Administração Pública.
- c) A Administração poderá revogar o primeiro ato em razão da ilegalidade e anular o segundo por ausência superveniente de conveniência e oportunidade, já que a anulação e a revogação

constituem formas equivalentes de exercício da autotutela administrativa.

- d) O controle administrativo descrito somente poderia ser exercido caso os atos tivessem sido praticados no âmbito do Poder Executivo, pois os órgãos administrativos integrantes dos Poderes Legislativo e Judiciário não possuem competência para controlar seus próprios atos.
- e) No exercício do controle administrativo, a própria Administração poderá anular o primeiro ato, caso constatada sua ilegalidade, e revogar o segundo, caso conclua que, embora válido, deixou de ser conveniente ou oportuno, pois a autotutela abrange tanto o controle de legalidade quanto o controle de mérito

43. Com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021, o sistema de registro de preços constitui um procedimento destinado ao registro formal de preços relativos à prestação de serviços, à execução de obras e à aquisição e locação de bens para contratações futuras. Considerando as disposições legais que disciplinam esse sistema, assinale a alternativa **correta**.

- a) O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens poderá ser adotado quando a Administração demonstrar que a contratação conjunta proporciona vantagem econômica em relação à adjudicação individual, ainda que seja tecnicamente viável promover a adjudicação por item, desde que o edital estabeleça critérios objetivos de aceitabilidade dos preços unitários máximos e assegure a obtenção da proposta global mais vantajosa.
- b) A existência de preços registrados em ata gera compromisso de fornecimento por parte do licitante vencedor e estabelece, para a Administração, a obrigação de realizar as contratações correspondentes aos quantitativos registrados durante o período de vigência, não sendo admitida a realização de licitação específica para o mesmo objeto enquanto houver fornecedor apto a atender às condições originalmente estabelecidas.
- c) Na primeira licitação para determinado objeto, quando o órgão ou entidade não possuir registro de demandas anteriores, será admitido o registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem definição do quantitativo total a ser adquirido, desde que seja indicado o valor máximo da despesa e não seja permitida a participação de outro órgão ou entidade na respectiva ata, observadas as demais exigências legais aplicáveis.
- d) A ata de registro de preços terá vigência inicial de um ano, admitida sua prorrogação por igual período, desde que permaneçam inalteradas as condições originalmente estabelecidas na licitação e o fornecedor manifeste interesse na

continuidade do compromisso assumido, sendo dispensada nova comprovação da vantajosidade dos preços registrados quando não houver alteração dos valores inicialmente pactuados.

- e) O órgão ou entidade gerenciadora deverá realizar, durante a fase preparatória da licitação, procedimento público de intenção de registro de preços, assegurando aos demais órgãos e entidades interessados o prazo mínimo de oito dias corridos para manifestação de interesse na participação da ata, sendo obrigatória a realização desse procedimento mesmo quando o órgão gerenciador for o único contratante interessado no objeto

44. O Município de Vale Claro enfrenta dificuldades para manter a prestação regular do serviço público de transporte coletivo municipal e decidiu avaliar a possibilidade de delegar sua execução à iniciativa privada.

Para conduzir os estudos necessários, a prefeita Helena designou uma equipe administrativa responsável por examinar as modalidades de delegação previstas na Lei nº 8.987/1995, considerando as características do serviço, as condições exigidas dos interessados e as responsabilidades que permanecerão sob a competência do Município.

Durante os estudos, três interessados manifestaram intenção de assumir a prestação do serviço: a empresa Rota Certa Ltda., regularmente constituída como pessoa jurídica; o consórcio Via Livre, formado por duas empresas do setor de transporte; e Bruno, motorista autônomo que atua como pessoa física e possui experiência na prestação de serviços de transporte.

A equipe também examinou a possibilidade de utilização da concessão ou da permissão de serviço público, levando em consideração as exigências relativas à licitação, ao prazo da delegação, à assunção dos riscos da atividade, à formalização contratual e à fiscalização da prestação do serviço.

Considerando a situação hipotética apresentada e as disposições da Lei nº 8.987/1995, assinale a alternativa **correta**.

- a) Caso o Município opte pela concessão do serviço público, poderá delegar sua prestação a Bruno, pessoa física, desde que ele demonstre capacidade para o desempenho da atividade, seja selecionado mediante licitação na modalidade concorrência ou diálogo competitivo e assuma integralmente os riscos da exploração. Nessa hipótese, a experiência profissional do interessado e o atendimento das exigências licitatórias permitirão sua equiparação às pessoas jurídicas e aos consórcios de empresas para fins de recebimento da concessão.
- b) Caso o Município opte pela permissão do serviço público, poderá delegar sua prestação a Bruno,

pessoa física, mediante licitação, a título precário, desde que ele demonstre capacidade para o desempenho da atividade e assuma sua execução por sua conta e risco. A possibilidade de delegação nessa modalidade não depende da constituição de pessoa jurídica pelo interessado, uma vez que a legislação admite expressamente a participação de pessoas físicas na prestação de serviços públicos mediante permissão.

- c) Caso o Município decida delegar a prestação do serviço público ao consórcio Via Livre mediante concessão, poderá estabelecer prazo indeterminado para a exploração da atividade, desde que as empresas integrantes demonstrem capacidade para o desempenho do serviço e assumam integralmente os riscos da prestação. Nessa hipótese, a ausência de prazo previamente definido será compensada pela responsabilidade do concessionário quanto à continuidade da atividade delegada e pelo atendimento das condições estabelecidas no edital de licitação.
- d) Caso o Município decida conceder o serviço público à empresa Rota Certa Ltda., a publicação prévia de ato administrativo justificando a conveniência da delegação, com a caracterização de seu objeto, área e prazo, dispensará a celebração de contrato de concessão. Nessa situação, o ato justificativo e o edital de licitação serão suficientes para formalizar a delegação, desde que a empresa vencedora tenha demonstrado capacidade para a prestação do serviço e assumido os riscos decorrentes de sua execução.
- e) Caso o Município delegue a prestação do serviço público à empresa Rota Certa Ltda., a fiscalização das atividades executadas passará a ser exercida exclusivamente pelos usuários, em razão da transferência da prestação do serviço à iniciativa privada. Nessa hipótese, a competência fiscalizatória do poder concedente ficará restrita à etapa anterior à delegação, cabendo aos usuários verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela concessionária durante a execução do serviço

DIREITO TRIBUTÁRIO*Fernando Maurício*

45. Após a Emenda Constitucional nº 132/2023, o Estado Alfa promoveu estudos para adequar sua legislação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) ao novo desenho constitucional. Considerando exclusivamente as normas introduzidas por essa emenda, assinale a afirmativa correta.

- a) As alíquotas mínimas do IPVA serão fixadas pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), mediante deliberação unânime dos Estados e do Distrito Federal.
- b) As alíquotas do IPVA poderão ser diferenciadas apenas em razão do tipo e do valor do veículo.
- c) A incidência constitucional do IPVA continua restrita aos veículos automotores terrestres, cabendo a lei complementar criar, se entender conveniente, a tributação de embarcações e aeronaves.
- d) Não se incluem no campo de incidência constitucional do IPVA as aeronaves agrícolas nem as aeronaves de operador certificado para prestar serviços aéreos a terceiros.
- e) Os tratores e as máquinas agrícolas somente estão excluídos do IPVA quando não forem aptos a transitar em vias públicas.

46. No processo de regulamentação da reforma tributária, cogitou-se estabelecer disciplina não coincidente para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). À luz do Art. 149-B da Constituição Federal, assinale a opção cuja adoção, por si só, não viola a exigência constitucional de regras comuns aos dois tributos.

- a) Prever fatos geradores diferentes para o IBS e para a CBS.
- b) Reconhecer imunidade aplicável apenas à CBS, embora a mesma situação esteja compreendida no campo material do IBS.

c) Definir sujeitos passivos distintos para operações submetidas simultaneamente aos dois tributos.

d) Adotar regras diversas de não cumulatividade e de creditamento.

e) Admitir alíquotas distintas para o IBS e para a CBS, observadas as regras constitucionais próprias de fixação de cada uma.

47. A Associação Horizonte, instituição de educação sem fins lucrativos que atende aos requisitos legais, é proprietária de um imóvel urbano alugado a uma sociedade empresária. A totalidade dos aluguéis é aplicada na manutenção das atividades educacionais da associação. O Município pretende cobrar IPTU sobre o imóvel. Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- a) O IPTU é devido, pois a exploração econômica do imóvel por terceiro afasta necessariamente a imunidade da proprietária.
- b) O imóvel permanece imune ao IPTU, desde que os aluguéis sejam aplicados nas finalidades para as quais a associação foi constituída.
- c) A desoneração depende de lei municipal que converta a imunidade constitucional em isenção.
- d) A imunidade alcança apenas os imóveis ocupados diretamente por salas de aula ou por setores administrativos da associação.
- e) Reconhecida a imunidade ao IPTU, fica igualmente afastada eventual taxa municipal decorrente do exercício regular do poder de polícia sobre o imóvel.

48. A respeito do conceito e da classificação dos tributos no Código Tributário Nacional, analise as afirmativas a seguir.

- I. A multa aplicada pelo descumprimento de obrigação tributária não é tributo, pois constitui sanção por ato ilícito.
- II. O imposto é tributo cujo fato gerador independe de atividade estatal específica relativa ao contribuinte.
- III. A taxa pode ser instituída para custear serviço público geral e indivisível, desde que sua arrecadação seja integralmente destinada a esse serviço.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

49. O Estado Ômega, por lei, atribuiu a uma autarquia estadual as funções de arrecadar e fiscalizar determinado imposto estadual, bem como de executar atos e decisões administrativas relacionados à exação. O diploma previu, também, que a atribuição poderá ser revogada unilateralmente pelo Estado. À luz dos Arts. 6º e 7º do Código Tributário Nacional, assinale a afirmativa correta.

- a) A atribuição é válida e transfere capacidade tributária ativa, mas a competência legislativa plena permanece com o Estado; além disso, a atribuição pode ser revogada a qualquer tempo por ato unilateral do ente que a conferiu.
- b) A lei transferiu à autarquia a própria competência tributária, que inclui o poder de instituir e majorar o imposto por ato normativo próprio.
- c) A competência tributária e todas as funções de arrecadação e fiscalização são absolutamente indelegáveis.

d) Apenas pessoas jurídicas de direito privado podem receber o encargo de arrecadar tributos, hipótese em que passam a exercer competência tributária derivada.

e) Se a autarquia receber integralmente o produto da arrecadação, a competência legislativa sobre o imposto será automaticamente transferida a ela.

50. A sociedade empresária Delta deixou de recolher tributo sujeito a lançamento de ofício. Anos depois, seus administradores solicitaram parecer para distinguir o prazo de que dispõe a Fazenda para constituir o crédito daquele aplicável à cobrança judicial do crédito já definitivamente constituído. À luz do Código Tributário Nacional, assinale a afirmativa correta.

- a) A decadência atinge o direito de a Fazenda constituir o crédito tributário, enquanto a prescrição atinge a ação para cobrar o crédito definitivamente constituído.
- b) A decadência e a prescrição começam sempre na data da ocorrência do fato gerador e possuem idêntico objeto.
- c) A notificação válida do lançamento dá início a novo prazo decadencial para que a Fazenda constitua o mesmo crédito.
- d) O reconhecimento extrajudicial do débito pelo devedor interrompe tanto a decadência quanto a prescrição.
- e) Decadência e prescrição apenas suspendem a exigibilidade do crédito tributário, que volta a ser cobrável quando cessar a causa suspensiva.

ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*Rodrigo Rennó*

51. O modelo burocrático de administração pública, sistematizado a partir do pensamento de Max Weber, surgiu como resposta a características do modelo que o antecedeu e trouxe consigo elementos que buscavam conferir racionalidade à atuação estatal.

A respeito dos modelos patrimonialista e burocrático de administração pública, assinale a opção correta.

- a) No modelo patrimonialista, a separação entre o patrimônio público e o privado constitui o eixo central da organização administrativa.
- b) A burocracia weberiana tem como fundamento de legitimidade a tradição transmitida entre gerações de governantes.
- c) O modelo burocrático adota a impessoalidade, a hierarquia e a formalização de normas como instrumentos de racionalidade administrativa.
- d) O clientelismo e o nepotismo são características próprias do modelo gerencial, decorrentes da busca por resultados.
- e) A administração gerencial precede historicamente a administração burocrática na trajetória dos Estados modernos.

52. Ao analisar a estrutura burocrática, autores como Robert Merton identificaram consequências não previstas que podem comprometer o desempenho das organizações regidas por esse modelo, as chamadas disfunções da burocracia.

Assinale a opção que apresenta uma disfunção da burocracia.

- a) O apego exagerado às normas, que passam a ser tratadas como fins em si mesmas, e não como meios para atingir os objetivos.
- b) A definição de competências e atribuições com base em normas escritas e previamente conhecidas.

c) A seleção e a promoção de servidores fundadas no mérito e na competência técnica.

d) A hierarquia de autoridade que ordena de forma clara os níveis de comando.

e) A especialização das tarefas conforme a divisão racional do trabalho.

53. Os paradigmas contemporâneos da administração pública propõem diferentes respostas às limitações da Nova Gestão Pública, incorporando preocupações com valores públicos, redes de atores e coordenação governamental.

Sobre a Nova Gestão Pública e os paradigmas contemporâneos da gestão pública, assinale a opção correta.

- a) A Nova Gestão Pública rejeita a adoção de ferramentas gerenciais oriundas do setor privado.
- b) O Estado Neoweberiano caracteriza-se por descartar os elementos burocráticos clássicos, substituindo-os por lógicas de mercado.
- c) A Nova Governança Pública concentra a produção de políticas em um único ator estatal central.
- d) A abordagem Whole-of-Government (governo integrado) tem por objetivo aprofundar a fragmentação entre os órgãos setoriais.
- e) A Nova Governança Pública valoriza a atuação em redes e a interdependência entre atores estatais e sociais na produção de valor público.

54. A trajetória das reformas administrativas no Brasil registra marcos que buscaram, em diferentes momentos, superar características patrimoniais e, posteriormente, rigidezes de natureza burocrática.

A respeito da evolução e das reformas da administração pública brasileira, assinale a opção correta.

- a) A criação do DASP, na década de 1930, teve por objetivo consolidar as práticas patrimonialistas no serviço público federal.
- b) O Decreto-Lei nº 200/1967 promoveu a descentralização administrativa e estimulou a expansão da administração indireta.
- c) A Reforma Burocrática de 1936 introduziu no país os princípios da administração gerencial orientada a resultados.
- d) O Decreto-Lei nº 200/1967 caracterizou-se pela concentração das atividades no âmbito da administração direta.
- e) O Programa Nacional de Desburocratização, dos anos 1980, teve como foco a ampliação de controles e formalidades processuais.

55. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), de 1995, propôs uma nova organização das atividades estatais, distinguindo setores de atuação e diferentes formas de propriedade e de administração.

Sobre o PDRAE de 1995, assinale a opção correta.

- a) O núcleo estratégico do Estado deveria ser regido preponderantemente pela administração gerencial, afastando-se do modelo burocrático.
- b) Os serviços não exclusivos do Estado deveriam ser transferidos para o âmbito da administração direta.
- c) As atividades exclusivas de Estado deveriam ser repassadas ao setor privado por meio de privatização.
- d) A reforma classificou as funções estatais em setores, entre eles o núcleo estratégico, as atividades exclusivas, os serviços não exclusivos e a produção de bens e serviços para o mercado.

e) A administração pública burocrática foi apontada como o modelo ideal para o setor de produção de bens e serviços para o mercado.

56. As organizações públicas incorporaram, ao longo do tempo, ferramentas gerenciais voltadas à melhoria de desempenho e à qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Sobre os instrumentos e as ferramentas de gestão pública, assinale a opção correta.

- a) O benchmarking consiste na comparação sistemática de processos e resultados com referências reconhecidas como boas práticas.
- b) A reengenharia caracteriza-se por promover melhorias graduais e incrementais nos processos já existentes.
- c) O planejamento estratégico volta-se ao detalhamento das rotinas operacionais de curtíssimo prazo.
- d) A avaliação de desempenho tem por finalidade dispensar a definição prévia de metas e objetivos organizacionais.
- e) A aprendizagem organizacional corresponde à capacitação formal individual dos servidores realizada em sala de aula.

57. No estudo do comportamento organizacional, os conceitos de cultura e de clima, embora relacionados, possuem significados distintos e não devem ser confundidos.

A respeito de cultura e clima organizacional, assinale a opção correta.

- a) O clima organizacional corresponde ao conjunto de pressupostos básicos e valores profundos consolidados ao longo da história da organização.
- b) A cultura organizacional refere-se à percepção momentânea dos servidores sobre o ambiente de trabalho.
- c) O clima organizacional, por refletir a estrutura mais profunda da organização, mantém-se estável diante de variações de curto prazo.
- d) A cultura organizacional expressa-se por meio de artefatos, valores compartilhados e pressupostos, influenciando o comportamento dos seus membros.
- e) A gestão da mudança organizacional pode ser conduzida sem considerar a cultura vigente, bastando o suporte de decisões formais.

58. A administração pública contemporânea tem ampliado os mecanismos de participação social e de promoção da ética e da integridade na gestão.

Sobre processos participativos, ética e integridade na administração pública, assinale a opção correta.

- a) O orçamento participativo caracteriza-se por reservar a definição das prioridades de despesa ao corpo técnico da administração.
- b) O compliance na administração pública abrange o conjunto de mecanismos voltados à conformidade legal e à prevenção de desvios de conduta.
- c) Os conselhos de gestão de políticas públicas possuem natureza consultiva, não se admitindo, no arranjo institucional brasileiro, conselhos com poder deliberativo.
- d) A ética no exercício da função pública corresponde ao cumprimento das normas de natureza penal aplicáveis ao servidor.

e) As parcerias entre governo e sociedade civil implicam a transferência da titularidade das políticas públicas às organizações privadas.

59. Os conceitos de governabilidade, governança e accountability são centrais para a compreensão da gestão pública contemporânea, ainda que sejam frequentemente confundidos entre si.

A respeito de governabilidade, governança e accountability, assinale a opção correta.

- a) A governabilidade refere-se à capacidade técnica e operacional de implementar políticas, sem relação com o apoio político ao governo.
- b) A governança pública diz respeito às condições de legitimidade e de sustentação política dos governos.
- c) A accountability corresponde à prestação de contas de natureza estritamente contábil e financeira.
- d) A dimensão horizontal da accountability refere-se ao controle exercido diretamente pelos cidadãos por meio do voto.
- e) A governança pública compreende os arranjos e as capacidades de coordenação, direção e controle voltados à geração de valor público.

60. A modernização da gestão pública envolve a distinção entre o desempenho quanto aos meios e quanto aos resultados, expressa nos conceitos de eficiência, eficácia e efetividade.

Sobre eficiência, eficácia e efetividade e a inovação no setor público, assinale a opção correta.

- a) A eficácia relaciona-se à melhor utilização dos recursos disponíveis na execução das atividades.
- b) A efetividade mede o cumprimento das metas de produção previstas, sem considerar os impactos gerados.
- c) A efetividade diz respeito aos impactos e às transformações sociais efetivamente produzidos pela ação pública.
- d) A eficiência avalia se os objetivos e as metas planejados foram alcançados.
- e) Os laboratórios de inovação no setor público destinam-se a ocupar o lugar das estruturas formais de decisão da administração.

referir à fixação da despesa, não pode constar da lei orçamentária anual.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V – F – V.
- b) F – V – F.
- c) V – V – V.
- d) V – V – F.
- e) F – F – V

62. O Art. 167 da Constituição Federal de 1988 estabelece um conjunto de vedações em matéria orçamentária, aplicáveis a todos os entes da Federação.

Nos termos da Constituição, são vedadas as condutas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) O início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.
- b) A vinculação de percentual da receita de impostos estaduais a fundo destinado ao desenvolvimento do turismo.
- c) A transposição de recursos de uma categoria de programação para outra, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, mediante ato do Poder Executivo, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções.
- d) A concessão ou utilização de créditos ilimitados.
- e) A instituição de fundos de qualquer natureza sem prévia autorização legislativa

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Alexandre Baeta

61. Com relação ao conteúdo e à estrutura da lei orçamentária anual, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A lei orçamentária anual compreende o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas em que o ente, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e o orçamento da seguridade social.
- () O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- () A autorização para a contratação de operações de crédito por antecipação de receita, por não se

63. A Emenda Constitucional nº 100/2019 introduziu no texto constitucional o dever de a administração executar as programações orçamentárias. Acerca desse dever, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O dever de execução aplica-se igualmente às despesas primárias discricionárias e às despesas financeiras, tornando integralmente impositivo o orçamento.
- () A administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.
- () O dever de execução subordina-se ao cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas e não impede o cancelamento necessário à abertura de créditos adicionais.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) F – V – V.
b) V – V – F.
c) V – F – V.
d) F – F – V.
e) V – V – V

64. Acerca dos créditos extraordinários, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.
- II. Por se tratar de crédito adicional, a abertura de crédito extraordinário depende da indicação prévia da fonte de recursos, tal como ocorre com os créditos suplementares e especiais.
- III. A importância dos créditos extraordinários abertos no exercício deve ser deduzida do excesso de arrecadação, para fins de apuração dos recursos

utilizáveis na abertura de créditos suplementares e especiais.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
b) I e II, apenas.
c) II e III, apenas.
d) I e III, apenas.
e) I, II e III

65. Com relação à evolução das técnicas orçamentárias, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () No orçamento tradicional, a ênfase recai sobre o objeto de gasto, e sua função precípua é o controle político do Legislativo sobre o Executivo.
- () O orçamento de desempenho enfatiza o que o governo faz, mas não está vinculado a um sistema de planejamento.
- () No orçamento-programa, as decisões orçamentárias são tomadas com base nas necessidades das unidades organizacionais, de forma incremental.
- () O orçamento-programa integra planejamento e orçamento, com definição de objetivos, metas e indicadores de resultado.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V – F – F – V.
b) V – V – F – V.
c) F – V – V – V.
d) V – V – V – F.
e) F – F – V – V

66. A Lei de Responsabilidade Fiscal ampliou o conteúdo da lei de diretrizes orçamentárias. A respeito dos anexos que integram o projeto de LDO, avalie as afirmativas a seguir.

- I. O Anexo de Metas Fiscais estabelecerá metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
- II. O Anexo de Riscos Fiscais avaliará os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
- III. O demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado integra o Anexo de Metas Fiscais.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III

67. A receita corrente líquida (RCL) do Estado Lambda, apurada no último quadrimestre, foi de R\$ 40 bilhões. Nesse período, a despesa total com pessoal do Poder Judiciário estadual alcançou R\$ 2,3 bilhões.

Considerando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar que o Poder Judiciário estadual

- a) ultrapassou o limite prudencial, ficando vedada, entre outras medidas, a criação de cargo, emprego ou função.
- b) ultrapassou o limite máximo e deverá eliminar o excedente nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro.

c) ultrapassou apenas o limite de alerta, cabendo ao Tribunal de Contas somente alertá-lo, sem que haja vedações.

d) ultrapassou o limite máximo, que é de 3% da RCL para o Judiciário estadual.

e) ficou impedido, de imediato, de receber transferências voluntárias e de contratar operações de crédito

68. Acerca das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO) e da dívida pública, avalie as afirmativas a seguir.

I. A operação de crédito por ARO somente poderá ser realizada a partir do décimo dia do início do exercício e deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia 31 de dezembro de cada ano.

II. A operação de crédito por ARO estará proibida no último ano de mandato do Governador.

III. Os débitos de tesouraria, associados às operações por antecipação de receita, integram a dívida flutuante.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III

69. A Regra de Ouro e o Regime Fiscal Sustentável, instituído pela Lei Complementar nº 200/2023, compõem o arcabouço de controle do endividamento e da despesa pública no Brasil.

Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- a) Segundo o STF, a mera autorização legislativa para operações de crédito acima das despesas de capital já viola a Regra de Ouro, ainda que as operações não venham a ser contratadas.
- b) As operações de crédito por antecipação de receita orçamentária são computadas para efeito da Regra de Ouro, ainda que liquidadas no prazo legal.
- c) O Regime Fiscal Sustentável obriga os Estados a adotar integralmente os limites individualizados de despesas primárias aplicáveis à União.
- d) No Regime Fiscal Sustentável, o intervalo de tolerância para o cumprimento da meta anual de resultado primário é de 0,5 ponto percentual do PIB, para mais ou para menos.
- e) É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta

70. Os relatórios previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal são instrumentos de transparência da gestão fiscal. A esse respeito, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O Relatório Resumido da Execução Orçamentária abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público e será publicado pelo Poder Executivo até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.
- () O Relatório de Gestão Fiscal será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos ao final de cada quadrimestre e conterá comparativo com os limites relativos à despesa com pessoal, às dívidas consolidada e mobiliária, à concessão de garantias e às operações de crédito.
- () O descumprimento do prazo de divulgação do Relatório de Gestão Fiscal impede, até a

regularização, que o ente receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.

- () Os demonstrativos do montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro e da inscrição em restos a pagar acompanham o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V – F – V – F.
- b) F – V – V – V.
- c) V – V – V – F.
- d) V – V – F – V.
- e) F – V – F – V

CIÊNCIA POLÍTICA*Alessandra (Alê) Lopes*

71. Em determinado país, a administração pública está organizada por carreiras permanentes, competências definidas em lei e procedimentos impessoais. Após uma eleição, o novo presidente, embora possua forte apoio popular e seja reconhecido por seus seguidores como líder excepcional, precisa editar atos conforme as competências atribuídas ao cargo, e os servidores permanecem vinculados às normas administrativas, não à pessoa do governante.

À luz da teoria de Max Weber, a situação descrita permite afirmar corretamente que

- a) o apoio popular ao presidente transforma a estrutura administrativa em uma forma de dominação carismática, pois a legitimidade do governante determina a natureza da burocracia.
- b) a burocracia descrita corresponde à dominação tradicional, uma vez que a permanência dos servidores garante continuidade ao exercício da autoridade.
- c) podem coexistir elementos de liderança carismática no campo político e uma estrutura estatal cuja legitimidade predominante é legal-racional.
- d) o exercício burocrático da autoridade elimina relações de poder, pois a existência de regras torna desnecessária qualquer forma de dominação.
- e) a dominação legal-racional pressupõe que governantes e servidores possuam legitimidade própria, independentemente das normas que delimitam suas competências.

72. Em uma sociedade democrática, associações empresariais, sindicatos, organizações ambientais, movimentos por direitos civis e entidades profissionais procuram influenciar políticas públicas. Nenhuma dessas organizações controla permanentemente todas as decisões governamentais. Entretanto, alguns grupos dispõem de mais recursos econômicos, conhecimento técnico e acesso aos centros decisórios.

A interpretação dessa situação mais compatível com a perspectiva pluralista é a de que

- a) a existência de desigualdade de recursos entre grupos invalida a análise pluralista, pois o pluralismo pressupõe igualdade de poder entre todos os atores sociais.
- b) a competição entre grupos torna irrelevante o Estado, que passa a desempenhar apenas a função de registrar decisões produzidas pela sociedade.
- c) a política pode ser compreendida como competição entre múltiplos grupos por influência, sem que isso implique distribuição absolutamente igualitária de recursos políticos.
- d) a multiplicidade de grupos comprova que as elites políticas deixaram de exercer influência sobre os processos decisórios nas democracias contemporâneas.
- e) o pluralismo considera que interesses coletivos somente adquirem relevância política quando transformados em partidos e submetidos diretamente à competição eleitoral.

73. Ao estudar a formação do Estado moderno, uma pesquisadora identificou quatro processos associados à constituição de uma nova forma de organização política: centralização territorial do poder, formação de aparato administrativo permanente, definição progressiva de fronteiras e concentração dos meios legítimos de coerção.

Esses processos permitem compreender o Estado moderno como

- a) associação política cuja autoridade permanece necessariamente dispersa entre múltiplos centros territoriais soberanos.
- b) organização política historicamente constituída que reivindica autoridade sobre determinado território e desenvolve mecanismos administrativos para exercer essa autoridade.
- c) resultado exclusivo de um contrato consciente celebrado simultaneamente pelos indivíduos que ocupam determinado território.
- d) instituição cuja característica fundamental é a eliminação das diferenças entre sociedade, governo e administração pública.
- e) comunidade cultural homogênea cuja existência antecede necessariamente a organização política territorial.

74. A Constituição de Aurora atribui competências diretamente tanto ao governo nacional quanto aos governos regionais. As unidades regionais possuem autoridades próprias e competências constitucionalmente protegidas, que não podem ser livremente retiradas pelo governo central.

A característica descrita diferencia uma federação de um Estado unitário porque, na federação,

- a) o governo central exerce soberania internacional, enquanto as unidades regionais são politicamente independentes no plano doméstico.
- b) a descentralização administrativa transforma automaticamente as unidades subnacionais em entes soberanos.

c) a distribuição territorial do poder possui fundamento constitucional, assegurando autonomia política aos entes que compõem o Estado.

d) todas as competências legislativas devem ser exercidas conjuntamente pelo governo nacional e pelas unidades regionais.

e) o poder estatal encontra-se concentrado nas unidades subnacionais, cabendo ao governo nacional apenas funções delegadas.

75. Em um seminário sobre democracia, dois pesquisadores apresentaram as seguintes posições:

Pesquisador I: a democracia deve ser compreendida principalmente como um método institucional por meio do qual lideranças competem pelos votos dos cidadãos para alcançar o poder político.

Pesquisador II: para analisar democracias realmente existentes, é necessário observar simultaneamente a possibilidade de contestação pública e a extensão da participação política.

As formulações apresentadas correspondem, respectivamente, às perspectivas de

- a) Robert Dahl e Joseph Schumpeter.
- b) Joseph Schumpeter e Robert Dahl.
- c) Carole Pateman e Robert Dahl.
- d) Joseph Schumpeter e Alexis de Tocqueville.
- e) Robert Dahl e Jürgen Habermas.

76. Considere dois regimes políticos.

Em Alfa, não há competição livre pelo governo, mas algumas organizações religiosas, econômicas e sociais mantêm espaços restritos de autonomia. O regime não exige mobilização permanente da população nem possui uma ideologia abrangente destinada a reorganizar integralmente a sociedade.

Em Beta, o partido governante procura controlar organizações sociais, exige mobilização contínua, utiliza uma ideologia abrangente e pretende transformar profundamente a sociedade e o indivíduo.

Considerando a distinção formulada por Juan Linz, é correto afirmar que

- a) Alfa e Beta constituem variedades equivalentes de autoritarismo, pois a ausência de eleições competitivas elimina outras diferenças relevantes.
- b) Alfa se aproxima do tipo autoritário, enquanto Beta apresenta características associadas ao totalitarismo.
- c) Beta é autoritário, enquanto Alfa é totalitário, pois o pluralismo limitado constitui característica própria dos regimes totalitários.
- d) ambos são democracias liberais, uma vez que preservam formas distintas de organização social.
- e) a distinção entre os regimes depende exclusivamente do grau de desenvolvimento econômico de cada sociedade.

77. Após assumir a presidência de uma república multipartidária, a chefe do Executivo percebe que seu partido controla apenas uma parcela das cadeiras parlamentares. Para aprovar projetos e sustentar sua agenda, passa a distribuir posições ministeriais entre partidos aliados e a negociar prioridades legislativas.

À luz do conceito de presidencialismo de coalizão, essa situação indica que

- a) a presidente passa a depender juridicamente de voto de confiança parlamentar para permanecer no cargo.

- b) a formação de coalizões elimina a separação entre os poderes e transforma o presidencialismo em parlamentarismo.

- c) a existência de mandato presidencial próprio pode coexistir com a necessidade política de construir maioria parlamentar para governar.

- d) a formação de coalizões decorre necessariamente de fragilidade constitucional do Poder Executivo.

- e) o presidencialismo de coalizão pressupõe a existência de um sistema bipartidário.

78. Um governo recém-eleito possui maioria legislativa estável e amplo apoio político para executar seu programa. Entretanto, enfrenta baixa coordenação administrativa, sistemas de informação desintegrados, conflitos entre órgãos públicos e dificuldades para implementar políticas conjuntamente com governos subnacionais.

A situação permite distinguir governabilidade e governança, pois

- a) há elevada governança e baixa governabilidade, já que a coordenação administrativa substitui o apoio político.
- b) a maioria parlamentar revela condições favoráveis de governabilidade, enquanto os problemas de coordenação e implementação indicam limitações de governança.
- c) governabilidade e governança são sinônimos e, portanto, devem apresentar necessariamente o mesmo nível.
- d) governança refere-se exclusivamente à relação entre Executivo e Legislativo, enquanto governabilidade designa capacidades burocráticas.
- e) a existência de federalismo torna inadequada a aplicação dos conceitos de governabilidade e governança.

79. Um conselho nacional de política econômica reúne periodicamente representantes do governo, organizações empresariais e centrais sindicais reconhecidas como interlocutoras formais de grandes categorias sociais. Essas organizações participam de negociações institucionalizadas sobre salários, emprego e medidas econômicas.

Do ponto de vista da intermediação de interesses, esse arranjo aproxima-se do

- a) clientelismo, pois a representação organizada pressupõe troca individual de favores entre políticos e eleitores.
- b) pluralismo competitivo puro, uma vez que o Estado não interfere na seleção ou reconhecimento dos atores participantes.
- c) neocorporativismo, caracterizado pela participação institucionalizada de organizações representativas de interesses na negociação de políticas.
- d) insulamento burocrático, pois sindicatos e empresários passam a ser excluídos das decisões econômicas.
- e) patrimonialismo, dado que interesses privados assumem formalmente o controle dos recursos estatais.

80. Diante de uma crise econômica, um governo consegue formular rapidamente um programa de proteção de renda, identificar a população elegível, coordenar diferentes órgãos, obter recursos, criar mecanismos de pagamento e alcançar milhões de beneficiários.

Sob a perspectiva das capacidades estatais, o caso demonstra que

- a) a capacidade estatal corresponde exclusivamente à autonomia decisória do governo em relação à sociedade.
- b) a existência formal de uma organização pública é suficiente para caracterizar elevada capacidade estatal.

c) capacidade estatal envolve recursos institucionais, administrativos, técnicos e políticos que permitem ao Estado formular e executar ações.

d) capacidades estatais são incompatíveis com regimes democráticos, pois a participação social limita a autonomia do Estado.

e) capacidade estatal e tamanho do Estado são conceitos equivalentes, de modo que governos maiores necessariamente possuem maior capacidade.

81. Em dois municípios com características econômicas semelhantes, foram implantados conselhos participativos. No primeiro, associações locais mantêm relações de confiança, cooperam entre si e apresentam elevado envolvimento cívico. No segundo, predominam isolamento social, desconfiança e baixa participação em organizações coletivas.

À luz da literatura sobre capital social, é correto afirmar que

- a) a diferença entre os municípios pode ser analisada por meio das redes de confiança, reciprocidade e participação cívica existentes em cada comunidade.
- b) capital social corresponde ao conjunto de recursos financeiros utilizados pelas associações para influenciar o Estado.
- c) sociedades com alto capital social dispensam instituições políticas, pois a cooperação social substitui mecanismos formais de governo.
- d) capital social é atributo exclusivamente individual e não pode produzir efeitos sobre a ação coletiva.
- e) a existência de associações demonstra automaticamente que os cidadãos compartilham as mesmas preferências políticas.

82. Em determinado Parlamento, mulheres representam 52% da população nacional, mas apenas 18% dos parlamentares. Organizações da sociedade civil argumentam que aumentar sua presença na instituição permitiria que o Parlamento refletisse melhor a composição social da população.

Considerando as categorias de Hanna Pitkin, o argumento mobilizado refere-se primordialmente à representação

- a) substantiva, pois enfatiza exclusivamente as políticas aprovadas em favor das mulheres.
- b) descritiva, pois relaciona representação à correspondência entre características dos representantes e da população representada.
- c) formal, pois trata apenas dos mecanismos de autorização eleitoral.
- d) simbólica, pois depende exclusivamente da identificação emocional dos representados com as instituições.
- e) fiduciária, pois pressupõe autonomia absoluta do representante diante dos representados.

83. Considere três conquistas históricas:

- I. proteção da liberdade individual e igualdade perante a lei;
- II. ampliação da participação na escolha dos governantes;
- III. reconhecimento de prestações estatais relacionadas à saúde, educação e proteção social.

Na tipologia clássica de T. H. Marshall, essas dimensões correspondem, respectivamente, aos direitos

- a) políticos, civis e sociais.
- b) civis, sociais e políticos.
- c) sociais, civis e políticos.
- d) civis, políticos e sociais.
- e) políticos, sociais e civis.

84. Um Estado mantém formalmente sua autoridade sobre determinado território, mas, para enfrentar mudanças climáticas, fluxos migratórios, crises financeiras e epidemias, passa a participar de organismos multilaterais, aderir a tratados e coordenar políticas com outros governos.

A situação apresentada permite concluir que a globalização

- a) eliminou a soberania estatal, pois qualquer cooperação internacional transforma decisões domésticas em imposições externas.
- b) tornou os Estados irrelevantes, substituindo-os por organizações internacionais como principais detentoras do poder político.
- c) modifica as condições de exercício da soberania, ampliando relações de interdependência sem implicar necessariamente o desaparecimento do Estado.
- d) preserva integralmente a concepção clássica de soberania, pois fenômenos transnacionais não afetam a formulação de políticas nacionais.
- e) produz necessariamente um governo mundial dotado de autoridade superior à de todos os Estados.

85. Um governo decide reformular uma política nacional de atendimento público. O novo desenho prevê unidades acessíveis a pessoas com deficiência, atendimento em diferentes línguas para comunidades específicas, capacitação de servidores para enfrentar discriminações e mecanismos de consulta aos grupos diretamente atingidos.

Sob a perspectiva dos direitos humanos e das políticas públicas inclusivas, a iniciativa expressa a ideia de que

- a) a igualdade exige oferecer serviços rigorosamente idênticos a todos, independentemente das barreiras específicas enfrentadas por diferentes grupos.
- b) reconhecer diferenças culturais e sociais é incompatível com políticas universais, pois políticas inclusivas devem necessariamente abandonar qualquer pretensão de universalidade.
- c) a efetivação de direitos pode exigir que políticas universais incorporem medidas destinadas a superar barreiras específicas de acesso e participação.
- d) políticas de diversidade substituem direitos universais por privilégios jurídicos concedidos a grupos particulares.
- e) a incorporação dos direitos humanos às políticas públicas deve limitar-se à proibição de discriminação formal prevista em lei.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Rodrigo Rennó

86. A tipologia de Theodore Lowi classifica as políticas públicas conforme o modo como distribuem custos e benefícios na sociedade, o que influencia a arena política em que cada tipo de política é disputado.

A respeito da tipologia de Lowi, assinale a opção correta.

- a) As políticas distributivas caracterizam-se por retirar recursos de um grupo social para transferi-los a outro grupo.
- b) As políticas redistributivas envolvem o deslocamento de recursos entre classes ou grupos sociais, tendendo a gerar conflito político mais intenso.
- c) As políticas regulatórias distribuem benefícios pontuais e concentrados, sem gerar perdedores visíveis.
- d) As políticas constitutivas tratam da concessão direta de subsídios a beneficiários individuais.
- e) As políticas distributivas são as que mais mobilizam a oposição de grupos sociais organizados.

87. O campo de análise de políticas públicas reúne diferentes conceituações, havendo, contudo, relativo consenso quanto a alguns de seus elementos centrais.

A respeito do conceito de política pública, assinale a opção correta.

- a) Política pública é sinônimo de lei, restringindo-se aos atos normativos aprovados pelo Poder Legislativo.
- b) A política pública se resume à decisão governamental, não abrangendo as fases de implementação e avaliação.
- c) A omissão deliberada do Estado diante de um problema público não pode ser entendida como uma forma de política pública.
- d) Política pública pode ser compreendida como um conjunto de decisões e ações do governo voltadas ao enfrentamento de problemas públicos.
- e) As políticas públicas resultam da atuação isolada dos atores estatais, sem influência de atores da sociedade.

88. O ciclo de políticas públicas é um modelo analítico que divide o processo em fases sucessivas, facilitando o estudo, ainda que, na prática, as etapas se sobreponham e se retroalimentem.

Sobre as fases do ciclo de políticas públicas, assinale a opção correta.

- a) A formação da agenda corresponde ao momento em que determinados problemas passam a receber a atenção do governo, tornando-se prioridade.
- b) A formulação de alternativas é a etapa em que a política já implementada é submetida a julgamento quanto a seus resultados.
- c) A tomada de decisão consiste em colocar a política em prática por meio da atuação da burocracia.
- d) A avaliação antecede a formação da agenda no encadeamento lógico do ciclo.
- e) A implementação é a fase em que se escolhe, entre as opções disponíveis, aquela que será adotada.

89. No estudo da formação da agenda, distinguem-se diferentes tipos de agenda e os fatores que levam um problema a conquistar prioridade governamental.

A respeito da formação da agenda, assinale a opção correta.

- a) A agenda governamental (ou institucional) abrange todos os temas que preocupam a sociedade, ainda que o governo não pretenda enfrentá-los.
- b) A entrada de um problema na agenda depende, em regra, da prévia existência de dotação orçamentária específica para ele.
- c) A transformação de uma situação em problema público depende de sua percepção coletiva como algo que exige ação e é passível de solução.
- d) A agenda sistêmica corresponde ao conjunto restrito de temas que o governo efetivamente decidiu enfrentar.
- e) A formação da agenda é uma etapa de natureza técnica, alheia à disputa política entre atores.

90. O modelo de múltiplos fluxos, desenvolvido por John Kingdon, busca explicar por que alguns temas ascendem à agenda governamental em determinados momentos, e não em outros.

Sobre o modelo de múltiplos fluxos, assinale a opção correta.

- a) Os três fluxos propostos por Kingdon são o da formulação, o da implementação e o da avaliação.
- b) O fluxo das soluções pressupõe que as alternativas são elaboradas após a decisão de enfrentar o problema.
- c) A janela de oportunidade permanece aberta de forma duradoura, aguardando a atuação dos empreendedores de políticas.
- d) O fluxo político (political stream) refere-se ao detalhamento técnico das alternativas de solução.
- e) A convergência dos três fluxos, favorecida pela ação de um empreendedor de políticas, abre a janela para a entrada do tema na agenda.

91. A teoria do equilíbrio pontuado, de Baumgartner e Jones, procura explicar por que as políticas públicas combinam longos períodos de estabilidade com momentos de mudança abrupta.

Sobre a teoria do equilíbrio pontuado, assinale a opção correta.

- a) As políticas públicas evoluem de maneira contínua e incremental, sem rupturas significativas.
- b) Longos períodos de estabilidade são eventualmente interrompidos por mudanças rápidas e profundas nas políticas.
- c) A imagem da política (policy image) e os subsistemas não exercem influência sobre a estabilidade das políticas.
- d) A teoria nega a existência de fases de estabilidade, sustentando que a mudança é permanente.
- e) As pontuações resultam de choques econômicos externos, sem relação com a dinâmica dos subsistemas de política.

92. O modelo de coalizões de defesa (Advocacy Coalition Framework), de Sabatier e Jenkins-Smith, analisa a atuação de grupos que compartilham crenças no interior de um subsistema de política pública.

Sobre o modelo de coalizões de defesa, assinale a opção correta.

- a) As coalizões se estruturam a partir de interesses materiais, sem relação com as crenças compartilhadas por seus membros.
- b) O subsistema de política é composto por um único grupo homogêneo de atores.
- c) As crenças do núcleo profundo (deep core) das coalizões são facilmente alteradas no curto prazo.
- d) A aprendizagem orientada por políticas (policy-oriented learning) pode alterar aspectos secundários das crenças das coalizões ao longo do tempo.
- e) As mudanças nas políticas resultam de fatores internos ao subsistema, não sofrendo influência de eventos externos a ele.

93. Os estudos sobre implementação de políticas públicas evoluíram de uma visão hierárquica para abordagens que reconhecem o papel dos agentes que executam a política na ponta.

Sobre a implementação de políticas públicas, assinale a opção correta.

- a) A abordagem bottom-up (de baixo para cima) valoriza a atuação e a discricionariedade dos agentes que executam a política na ponta.
- b) A abordagem top-down (de cima para baixo) pressupõe que a implementação é determinada sobretudo pelas decisões dos executores locais.
- c) O chamado déficit de implementação refere-se ao excesso de recursos aplicados em relação às metas previstas.
- d) A implementação é um processo de natureza técnica, sem interferência de conflitos e negociações entre atores.

- e) As capacidades estatais têm pouca influência sobre o sucesso da implementação das políticas.

94. Michael Lipsky cunhou o conceito de burocracia de nível de rua para analisar os servidores que atuam no contato direto e cotidiano com os cidadãos.

Sobre a burocracia de nível de rua, assinale a opção correta.

- a) Trata-se dos ocupantes do alto escalão, responsáveis pela formulação estratégica das políticas.
- b) Esses agentes atuam sem margem de discricionariedade, aplicando as normas de modo automático.
- c) Ao interagirem diretamente com os usuários, esses servidores exercem discricionariedade e influenciam a política tal como ela chega à população.
- d) A burocracia de nível de rua compreende os dirigentes que definem o orçamento das políticas públicas.
- e) O trabalho desses agentes ocorre à margem das condições e dos recursos disponíveis na prestação do serviço.

95. A avaliação de políticas públicas pode ocorrer em diferentes momentos e com finalidades distintas, contribuindo para o aprimoramento e a responsabilização da ação governamental.

Sobre a avaliação de políticas públicas, assinale a opção correta.

- a) A avaliação ex ante é realizada após a conclusão da política, para verificar os resultados alcançados.
- b) A avaliação de impacto restringe-se a medir o volume de recursos financeiros executados.
- c) A avaliação formativa tem por objetivo emitir um juízo final sobre a continuidade ou o encerramento da política.
- d) A avaliação de processo mede as transformações de longo prazo produzidas na sociedade.
- e) As Políticas Públicas Baseadas em Evidências valorizam o uso de dados e de resultados de avaliações para subsidiar as decisões.

96. O processo avaliativo apoia-se em critérios e indicadores que permitem julgar o desempenho das políticas públicas de forma mais objetiva.

Sobre critérios e indicadores de avaliação de políticas públicas, assinale a opção correta.

- a) A análise de custo-benefício concentra-se nos benefícios sociais, desconsiderando os custos envolvidos.
- b) Os indicadores são medidas que permitem quantificar e acompanhar aspectos da realidade sobre os quais a política pretende atuar.
- c) Os indicadores de resultado medem a quantidade de insumos disponibilizados para a execução da política.
- d) A cobertura de uma política corresponde à razão entre os recursos gastos e as metas físicas previstas.
- e) A avaliação de eficácia mede a relação entre os recursos empregados e os produtos gerados.

97. No Brasil, muitas políticas públicas se organizam sob a forma de sistemas nacionais, articulando os três níveis de governo em um contexto federativo.

Sobre federalismo e sistemas de políticas públicas no Brasil, assinale a opção correta.

- a) A intersetorialidade consiste na atuação isolada de cada setor de política, sem articulação entre as diferentes áreas.
- b) A descentralização das políticas transfere aos municípios a execução, sem lhes atribuir responsabilidades de gestão.
- c) Os sistemas nacionais, como o SUS e o SUAS, caracterizam-se pela concentração das decisões na União.
- d) Os sistemas nacionais, a exemplo do SUS e do SUAS, organizam-se de forma descentralizada e cooperativa entre União, estados e municípios.
- e) A transversalidade opõe-se à incorporação de temas como gênero e raça ao conjunto das políticas públicas.

98. A Constituição de 1988 ampliou os canais de participação da sociedade na gestão das políticas públicas, com destaque para conselhos e conferências.

Sobre participação e controle social, assinale a opção correta.

- a) Os conselhos gestores de políticas públicas são espaços institucionalizados de participação, muitos deles com composição paritária entre Estado e sociedade civil.
- b) O controle social corresponde à fiscalização exercida pelos órgãos internos de controle da administração pública.
- c) As conferências de políticas públicas obrigam o governo a executar, na íntegra, todas as diretrizes nelas aprovadas.
- d) A participação social esgota-se no momento do voto, não alcançando a gestão cotidiana das políticas.
- e) Os fundos e os consórcios públicos são instrumentos incompatíveis com a gestão descentralizada das políticas.

99. As políticas de diversidade e inclusão buscam reduzir desigualdades históricas no acesso a bens e serviços por parte de grupos socialmente vulnerabilizados.

Sobre diversidade, inclusão e ações afirmativas nas políticas públicas, assinale a opção correta.

- a) As ações afirmativas são medidas de caráter permanente, destinadas a vigorar sem prazo definido.
- b) A equidade equivale à igualdade formal, exigindo tratamento uniforme a todas as pessoas.
- c) As ações afirmativas buscam corrigir desigualdades por meio de tratamento diferenciado a grupos historicamente desfavorecidos.
- d) A inclusão de grupos vulnerabilizados é incompatível com o princípio da universalidade das políticas públicas.
- e) A transversalidade de gênero e raça se resume à criação de órgãos específicos para cada grupo social.

100. A comunicação pública é instrumento relevante para a legitimidade e a efetividade das políticas, distinguindo-se da comunicação de natureza partidária ou mercadológica.

Sobre comunicação pública e política, assinale a opção correta.

- a) A comunicação pública tem por finalidade principal promover a imagem pessoal dos governantes.
 - b) A comunicação pública equivale à publicidade comercial voltada à venda de produtos e serviços do Estado.
 - c) A formação da agenda pela mídia (agenda-setting) não guarda relação com os temas priorizados pelo governo.
 - d) A gestão de crises na comunicação pública recomenda o silêncio e a omissão de informações à sociedade.
 - e) A comunicação pública orienta-se pelo interesse público e pelo direito do cidadão à informação, fortalecendo a transparência e a participação.
-

Estudo de Caso

O Estado Gama, cuja Constituição reproduz as regras federais sobre o ciclo orçamentário, empossou novo Governador em janeiro de 2027. Nas primeiras reuniões de planejamento, a equipe de governo manifestou a intenção de iniciar, ainda em 2027, a construção de uma linha ferroviária metropolitana com execução prevista para três exercícios financeiros. O empreendimento, contudo, não consta do plano plurianual em vigor, elaborado pela gestão anterior.

Um assessor defendeu que o plano plurianual vigente deixaria de produzir efeitos com a posse do novo Governador, razão pela qual a obra poderia ser iniciada de imediato, com base apenas em dotação da lei orçamentária anual. Sugeriu, ainda, que o novo plano plurianual passasse a coincidir com o período do mandato e contemplasse apenas as despesas de capital, e que os gastos com a operação e a manutenção da ferrovia, após a sua conclusão, ficassem a cargo exclusivo das leis orçamentárias anuais.

Com base na situação hipotética apresentada, redija um texto dissertativo que aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) a vigência do plano plurianual e a sua relação com o mandato do Chefe do Poder Executivo;
- b) a possibilidade de iniciar a obra ferroviária em 2027;
- c) o conteúdo constitucional do plano plurianual e a sua integração com a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual.

Extensão: até 30 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão Discursiva 1

As teorias contemporâneas da democracia divergem quanto ao papel dos cidadãos e das elites no processo político. Enquanto algumas abordagens enfatizam a competição entre líderes pelo voto do eleitorado, outras procuram avaliar o grau de democratização dos regimes políticos a partir de suas garantias institucionais.

Com base no texto acima, redija um texto dissertativo que aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) a concepção de democracia de Joseph Schumpeter;
- b) o conceito de poliarquia e as dimensões propostas por Robert Dahl para classificar os regimes políticos.

Extensão: até 15 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

Questão Discursiva 2

O ciclo de políticas públicas descreve a trajetória de uma política desde a identificação de um problema até a avaliação de seus resultados. Nesse percurso, destacam-se tanto o momento em que determinados temas passam a receber atenção governamental quanto a atuação dos agentes públicos responsáveis pela entrega cotidiana dos serviços à população.

Com base no texto acima, redija um texto dissertativo que aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) a teoria dos múltiplos fluxos, de Kingdon, e a formação da agenda governamental;
- b) o papel dos burocratas de nível de rua na implementação das políticas públicas.

Extensão: até 15 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
